

O USO DO LIVRO DIDÁTICO NA PRIMEIRA CADEIRA DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO

The use of the didactic book in the first class of Geography and History of the Province of São Paulo

El uso del libro didáctico en la primera clase de Geografía e Historia de la Provincia de São Paulo

Daniel Mendes Gomes¹

Resumo

Este trabalho discorre sobre a história da disciplina de Geografia e História no âmbito escolar do ensino secundário em São Paulo no Império. Pretende-se aqui apresentar a institucionalização da aula de Geografia e História no Curso Anexo à Faculdade de Direito de São Paulo, curso preparatório para os exames de admissão ao Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Academia de Direito e o uso do seu primeiro livro didático escrito em língua portuguesa, escrito e adotado pelo seu primeiro professor, Julio Frank, entre 1834 a 1841, período em que Frank esteve à frente dessa disciplina.

PALAVRAS CHAVE: Ensino de História e Geografia. Livros didáticos. Curso Anexo

Abstract

This paper studies the history of the discipline of Geography and History in the school context of secondary education in São Paulo in the Empire. It is intended to present the institutionalization of the Geography and History class in the Curso Anexo to the Law college of São Paulo, preparatory course for the admission exams to the Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Academia de Direito and the use of his first textbook written in Portuguese, written and adopted by his first teacher, Julio Frank, between 1834 and 1841, period in which Frank was at the head of this discipline.

KEYWORDS: Teaching History and Geography. Textbooks. Curso Anexo

Resumen

Este trabajo discurre sobre la historia de la disciplina de Geografía e Historia en el ámbito escolar de la enseñanza secundaria en São Paulo en el Imperio. Pretende-se aquí presentar la institucionalización de la clase de Geografía e Historia en el Curso Anexo a la Facultad de Derecho de São Paulo, curso preparatorio para los exámenes de admisión al Curso de Ciencias Jurídicas y Sociales de la Academia de Derecho y el uso de su primer libro didáctico escrito en lengua portuguesa, escrito y adoptado por su primer profesor, Julio Frank, entre 1834 a 1841, período en que Frank estuvo al frente de esa disciplina.

PALABRAS CLAVE: Enseñanza de Historia y Geografía. Libros didácticos. Curso Anexo

INTRODUÇÃO

¹ Professor no curso de Pedagogia na Faculdade Messiânica - FMO. Coordenador do curso de Pedagogia EaD da Faculdade Messiânica - FMO. Professor de educação básica na Prefeitura do Município de São Paulo. Doutorado e Mestrado em Educação pela PUC-SP no PEPGE: História, Política, Sociedade. Graduação em Geografia pela Universidade de São Paulo.

A constituição da Cadeira de Geografia e História na Província de São Paulo

A primeira cadeira de História e Geografia oficialmente estabelecida na Cidade de São Paulo no período imperial ocorreu em 1834, sob a direção da recém fundada Faculdade de Direito de São Paulo. O Curso de Ciências Jurídicas e Sociais de São Paulo, como era denominado na época de sua fundação em 1827, adotou o modelo regimental de curso da Faculdade de Coimbra, em Portugal. Mesmo que provisoriamente, até 1831 vigoravam nesse estabelecimento os estatutos laborados por Luís José de Carvalho e Melo, futuro Visconde da Cachoeira, escritos em 1825 para o indeferido projeto de criação de um curso jurídico no Rio de Janeiro.

Os estatutos do Visconde da Cachoeira previam que os alunos matriculados nos cursos jurídicos deveriam apresentar conhecimentos humanísticos prévios, conhecimentos essenciais para o progresso nas matérias acadêmicas. Para tanto, era necessário que a instituição constituísse um curso preparatório dessas matérias, haja vista que o ensino secundário brasileiro era formado por aulas avulsas pagas pelo governo imperial. Dessas aulas, poucas delas se prestavam a ensinar as matérias exigidas para ingresso no curso superior que eram a princípio: Gramática latina, Língua francesa, Filosofia Racional e Moral, Retórica e Geometria.

O Curso Anexo foi o curso preparatório criado juntamente com a fundação das Academias de Direito para suprir a necessidade de instruir e habilitar a mocidade desejosa de ingressar em um dos dois cursos jurídicos criados no Brasil, em São Paulo e em Olinda. Em São Paulo, o Curso Anexo, como o nome bem indica, deveria funcionar nas dependências da Faculdade o que ocorreu anos depois da criação do curso. A princípio as aulas preparatórias foram ministradas em uma sala do prédio do Palácio do Governo, mas em pouco tempo o Curso Anexo foi inteiramente removido para as salas térreas do prédio da Faculdade, localizado no Largo São Francisco.

História e Geografia são matérias que começaram a fazer parte do programa do Curso Anexo a partir de 1831 com a formulação dos novos estatutos do curso jurídico. Os estatutos de 1831, à semelhança do que ocorreu em 1827 com estatutos organizados pelo Visconde da Cachoeira, também foram aprovados em caráter provisório apesar de este último ter vigorado por mais de duas décadas até 1853. No entanto havia problemas na composição dessas cadeiras no que se refere à falta de professores e aquisição de material didático. No primeiro exame do curso de preparatórios só havia a presença de quatro professores, os das cadeiras de Latim, Retórica, Filosofia e Língua Inglesa. Uma alternativa para o suprimento de professores foi a contratação de estrangeiros. Estes só eram contratados na completa ausência de um professor brasileiro.

A cadeira de História Geografia do Curso Anexo de São Paulo ficou vaga por falta de candidatos de 1831 até 1834, quando o então diretor da Academia de Direito, Carlos Carneiro de Campos, abriu concurso para as cadeiras de Inglês, História e Geografia e para substituto de Filosofia. Naquele momento somente dois professores se apresentaram candidatando-se aos concursos. Foram eles: Joaquim Inácio Ramalho para substituto da cadeira de Filosofia e Julio Frank candidatando-se a cadeira de História e Geografia e oferecendo-se também como substituto da cadeira de Inglês.

Frank era natural da Saxônia e chegou ao Brasil, na Corte em 1828. Os motivos de sua vinda ao Brasil ainda não estão esclarecidos havendo divergência entre os poucos autores que estudam a sua trajetória. O que se pode destacar é que Frank ficou pouco tempo no Rio de

Janeiro até se mudar para Sorocaba. Ali ele deu aulas de Primeiras Letras e em 15 de Fevereiro de 1834 se candidata às aulas de História e Geografia do Curso Anexo à Faculdade de Direito trazido pelas mãos do então presidente da Província, Rafael Tobias de Aguiar, que simpatizara com o jovem professor principalmente pelos seus posicionamentos liberais. Como não houve outro candidato, Frank foi aprovado diretamente, porém, sob a condição de ceder a cadeira de História e Geografia caso surgisse algum professor brasileiro para assumi-la. Frank assinou um contrato de dez anos, mas permaneceu na cadeira por sete anos devido a sua repentina morte em 1841 deixando a cadeira para seu discípulo Antônio Joaquim Ribas. Eis a constituição da primeira cadeira de História e Geografia da Província de São Paulo.

No entanto, a atuação dos professores no Curso Jurídico, e conseqüentemente no Curso Anexo, foi marcada pela carência de material didático. Vários são os ofícios encaminhados pelo diretor do curso ao Ministro dos Negócios do Império pedindo livros para a biblioteca da faculdade. Por exemplo, já nos primórdios, ainda em 1827, ano da criação da faculdade, o diretor da Faculdade, José Arouche de Toledo Rendon, envia um ofício ao governo imperial escrevendo que os lentes das aulas maiores² deveriam trazer seis compêndios das matérias que iriam ensinar, sendo indispensável um abreviado da análise da Constituição do Império. Os compêndios deveriam ser em número suficiente para todos os alunos e deveriam ser devidamente taxados para serem vendidos.

Sobre as aulas menores, pedidos do diretor por novos livros para a biblioteca também são frequentes nos ofícios enviados ao Ministro dos Negócios do Império. No que tange as aulas de História e Geografia, já em 31 de maio de 1834, dois meses após ter assumido essa respectiva cadeira, Julio Frank pede, por intermédio do diretor da academia, mapas para aula de Geografia:

Não havendo na biblioteca desta academia mapas convenientes para o Estudo da Geografia, assim participo a Vossa Excelência afim de dar as providências: cumprindo-me de comunicar a Vossa Excelência, que por enquanto são absolutamente indispensáveis os mapas das diversas partes do mundo, o mapa mundo e alguns do Brasil, todos em ponto grande... (31 de maio de 1834). (MAFD Livro 1 pp. 124-125, grifos do próprio autor).

Pedidos de livros e outros materiais didáticos são constantes nos anos de 1834 e 1835. Em uma das cartas o relator acrescenta que havia somente cerca de 700 obras na biblioteca, que foram doadas pelo antigo diretor da academia, José Arouche de Toledo Rendon, e que esses livros não serviam para o ensino das matérias lecionadas.

Em um ofício datado de 20 de maio de 1835 há outro pedido de globo, mapas e livros para a biblioteca da faculdade:

Não tendo quase nunca feito aplicação das somas destinadas pelas Leis do Orçamento para a compra de livros para a Biblioteca da Academia desta Cidade e havendo eu por vezes solicitado do Governo que me marcasse o meio por que se devia efetuar aquela compra, afim de saber se eu deveria exigir da tesouraria desta Província somas designadas, e encarregar-me encomenda e compra dos livros, o se o Governo entendia se fizesse de outra sorte: vou solicitar novamente de Vossa Excelência as ordens do Governo a respeito, afim de se poder melhorar a biblioteca,

²As aulas do Curso Jurídico eram chamadas de aulas maiores enquanto que as aulas do curso dos exames preparatórios eram chamadas aulas menores.

atualmente composta em grande parte de obras inúteis ou truncadas, não obstante algumas remessas de livros, globos e mapas, que por ordem do Governo se tem para ela feito dessa Corte, porquanto contém aquelas remessas apenas uma ou outra útil, e os globos e mapas são antigos e bastante arruinados: não valendo tudo as despesas com o transporte para esta cidade (MAFD Livro 1 pp. 135 e 136).

Encontra-se no Museu e Arquivo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo um conjunto de documentos compostos por ofícios e cartas entre o curso jurídico de São Paulo e o governo imperial por meio do ministro do império. Parte dessa documentação abrange as respostas das solicitações dos diretores como podemos ver:

Não sendo possível satisfazer completamente a requisição de Vossa Mercê sobre a remessa dos mapas de que trata um ofício de 06 de Maio último, para o estudo da Geografia, manda a regência em nome do imperador, participar-lhe, que nesta data se expedem as convenientes ordens, para que da Biblioteca Pública desta Corte se lhe remetam o Mappa do Sul da América de Mr. Lapie, publicado em 1814 por Mr. Pardieu, o Atlas Universal de Mr. Robert e os globos de Mr. Adams feitos em 1747, o que tudo será de muita utilidade a Biblioteca e a Aula de Geografia desse curso jurídico. (...) Palácio do Rio de Janeiro em 20 de junho de 1834³

Não obstante a escassez de material, as fontes testificam o trabalho dos professores. Se estes pediam material didático para suas aulas é um sinal que elas aconteciam, mesmo quem em condições desfavoráveis.

Percebe-se então o uso de mapas e globos nas primeiras aulas de Geografia da Província de São Paulo. As aulas do Curso Anexo eram executadas por preleções dos professores e, no caso das aulas de Geografia feitas pelo professor diante de mapas e globos. Aulas sobre localização dos países, sobre a esfera da terra, noções de astronomia, eixo e inclinação do globo parecem ser os temas abordados. Nos primeiros anos da aula de História e Geografia não aparece registro de utilização de algum compêndio escrito em língua portuguesa dessa matéria.

Julio Frank utilizava-se de poucos compêndios estrangeiros para utilização em suas aulas, provavelmente pouco sabia sobre a História e Geografia do Brasil. Em um ofício ao governo imperial datado de 18 de março de 1839 o diretor interino da academia, José Maria Avelar Brotero discorre sobre as aulas menores da faculdade de direito. Há severas críticas ao professor de História e Geografia por utilizar compêndios estrangeiros dos quais o diretor não tinha competência de avaliar por se desconhecedor de tal idioma. Mas o autor diz que tais aulas afrontavam a monarquia e deixaria ao Governo Imperial julgar sobre tal procedência.

O Resumo de História Universal

A falta de compêndios escritos em língua portuguesa para as aulas da Academia de Direito era um problema para professores e alunos. Apesar de o governo mandar livros, periódicos e outros materiais para a biblioteca da Academia eles não foram suficientes, principalmente no período da instalação das disciplinas do Curso Anexo e das aulas do Curso

³Essas cartas foram transcritas para um livro e encontram-se organizadas em ordem cronológica no livro do arquivo da Faculdade de Direito intitulado *Livro de Correspondência Imperial*.

Jurídico. Para resolver tal defasagem o decreto de 7 de novembro de 1831 que alterou os Estatutos do Curso jurídico, no capítulo segundo que dispõe das modificações das aulas menores ficou definido que os professores teriam a prerrogativa de adotarem os livros em suas aulas e, em caso de falta desses compêndios, ele deveria fazer um e apresentá-lo para a Congregação dos lentes do Curso Jurídico para que fosse aprovado (SANTOS, 2005).

Com a cadeira de História e Geografia estabelecida em 1834, Julio Frank deveria apresentar um compêndio em língua portuguesa que pudesse ser adotado para suas aulas. Pelo menos nos primeiros anos, Frank utilizou-se de livros estrangeiros para suas aulas e foi objeto de críticas. De acordo com a documentação consultada, houve críticas por parte de candidatos oriundos de outras províncias. Estes além de não possuírem uma cadeira de Geografia e História não possuíam sequer um livro de referência para que pudessem estudar para os exames dessa matéria.

Em abril de 1837 o Governo Imperial emite um aviso à diretoria do Curso Jurídico e em anexo um exemplar do *Compêndio de Geographia Elementar* de José Saturnino da Costa Pereira para ser expedido um parecer da Congregação dos lentes. Isso nos mostra a preocupação do Governo Imperial no que tange a ausência de um compêndio oficial adotado na aula de História e Geografia.

José Saturnino da Costa Pereira já era nessa época um autor respeitado por escrever livros didáticos para Escola Militar do Rio de Janeiro. Escrevera obras variadas sobre Mecânica, Leitura, Geografia, Lógica, Cálculo, além de um dicionário topográfico. Também fora presidente da Província de Mato Grosso e senador do Império (MAGALHÃES, 2006, p. 47).

Mas tudo indica que o livro de Costa Pereira não foi aprovado. Dois meses antes, em fevereiro de 1837 a presidência da Província de São Paulo já tinha autorizado a tradução da História Universal de Karl Heinrich Ludwig Politz por Julio Frank e pedia em um aviso desse mês para que o professor Frank não desanimasse na tradução do compêndio. Sobre o *Compêndio de Geografia Elementar* de José Saturnino, não há sequer um exemplar dessa obra na Biblioteca da Faculdade Direito da Universidade de São Paulo ou mesmo qualquer referência sobre sua utilização em aulas de Geografia no Curso Anexo.

É nesse contexto que o Governo da Província de São Paulo autoriza a publicação de uma obra didática para as aulas de História e Geografia e em ofício de 16 de fevereiro de 1838 o Governo Imperial autoriza a impressão do compêndio devendo os custos da primeira impressão ficar sob os encargos da Fazenda Pública da Província:

...a fim de se poder fixar convenientemente o preço da obra para o uso das escolas, quando à elas se aplique, e precaver-se o abuso possível de onerar os estudantes acima do justo, devendo a referida impressão verificar-se nessa cidade, visto que o próprio escritor é muito mais idôneo que qualquer outra pessoa, para a revisão das provas, principalmente de um escrito daquela natureza. Ofício do Governo Imperial de 18 de janeiro de 1838 (MAFD Livro 3 p. 141).

O motivo alegado foi a produção de um compêndio apropriado para os alunos do curso preparatório. Frank menciona no prefácio da obra que conforme fosse a necessidade da província e se essa obra agradasse no gosto da juventude pelos estudos de História Universal poderia escrever também outros compêndios para crianças, ou seja, para a educação primária e outro para jovens, para fins estritamente acadêmicos.

Com isso Frank, na introdução, demarca bem o alcance e o destino do livro: ser um livro didático “para a aula de História e Geografia, para a Academia e Ciências Jurídicas e Sociais desta Cidade de São Paulo”. Não pretendendo ser um livro acadêmico que apreendesse uma história universal completa, uma obra que pudesse avançar com essa ciência o autor propõe então um resumo, como bem indica o título da obra.

No livro, não há referências a autores brasileiros ou a qualquer escrito feito no Brasil, sua matriz referencial é puramente germânica. A introdução do livro é uma tradução de um discurso de Friedrich Schiller⁴ na aula inaugural de História na Universidade de Iena. Frank ainda menciona que sua obra foi fundamentada no livro de Luiz Poelitz, (Karl Heinrich Ludwig Politz), professor de Ciências de Estado na Universidade de Leipzig. Frank comenta que houve a possibilidade de fazer uma tradução de tal livro, mas ressalta que se assim fosse feito o livro não atingiria seu propósito, portanto, ele faz uma adaptação da obra de Politz:

Certo das dificuldades, que uma tal obra oferece e desconfiado dos meus mesquinhos conhecimentos recorri ao Resumo que fez um sábio alemão, o distinto H. Luís Poelitz, professor de Ciências do Estado da Universidade de Leipzig. Porém um mais profundo exame do livro e a experiência mostraram-me que nem esse Resumo podia em tudo satisfazer às necessidades do Estabelecimento; e, portanto, em vez de dar uma versão, como pretendia, resolve-me compor uma obra nova - mormente na parte que trata da Idade Média - fundando-a todavia no excelente sistema do historiador (FRANK, 1839, prefácio).

Bandecchi (1982) afirma que pelas circunstâncias indicadas, Frank teria desistido de fazer uma tradução e composto uma obra própria, utilizando a obra de Politz no que tange à metodologia e como forma de inspiração. O autor declara ainda que a obra Frank foi impressa uma única vez e pelo constante uso pelos alunos do Curso Anexo, passando de geração em geração restaram pouquíssimos exemplares. Bandecchi acrescenta que ele mesmo só tem conhecimento de dois exemplares restantes⁵.

Na introdução traduzida de Schiller há a definição de conceitos, definindo o campo da História e apresentando suas filiações teórico/metodológicas que ele usaria em suas aulas. A ideia principal do estudo da história é o despertar do que o autor chama de “espírito filosófico” em detrimento das ideias escolásticas. Para isso o ensino de História Universal seria fundamental.

O autor entende por espírito filosófico a capacidade do estudante de pensar além de sua profissão, o pensamento que daquele tem a probidade de dar coesão ao saber do seu ofício com o restante do saber do mundo, um conhecimento universal que o permite transcender ao conhecimento meramente profissional.

Diverso é o plano de estudos, a que se propõem quem os considera como ofício, daquele que forma para si a mente filosófica. O que tem somente em vista preencher com sua assiduidade as condições, que o tornam apto a um emprego, e em particular de seus próis; o que se põe em movimento as forças de seu espírito com o fito em

⁴ Johann Christoph Friedrich von Schiller (1759-1808) foi um dos representantes do Romantismo alemão do século XVIII. Em 1788 foi indicado por Johann Wolfgang von Goethe para assumir a cadeira de História na Universidade de Iena onde permaneceu por uma década.

⁵ O exemplar aqui utilizado encontra-se na Biblioteca Central da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

melhorar seu estado externo, e contentar mesquinho e acanhado amor de glória, esse, quando entrar no curso acadêmico, certo não julgará mais importante, do que extremar com esmero as ciências, que chama lucrosas, das, que só satisfazem o espírito como espírito. Todo o tempo, que consagrar a estas últimas, cuidará que rouba à sua futura vocação, e nunca perdoará este roubo... O que mais lhe interessa é ainda – ostentar os acumulados tesouros da memória, e não deixar que seu valor desmereça. Qualquer expansão aos seus conhecimentos o inquieta, por que lhe ordena novo trabalho, ou lhe inutiliza o passado; cada inovação importante o amedronta, por que lhe rompe as antigas formas escolásticas, pelas quais tanto se afanou, e que o expõe ao perigo de perder todo o trabalho de sua vida passada (SCHILLER, 1839, p. IV).

Nessa perspectiva, se a finalidade das aulas de História Universal for realmente, de acordo com o apresentado na introdução do livro, o enriquecimento do intelecto do estudante, futuro universitário, pode-se dizer que o ensino preparatório tinha um caráter humanístico, propedêutico voltado para a formação do intelecto. A formação do estudante pelas aulas de História Universal tinha o objetivo de preparar o estudante para o pensamento científico de uma forma ampla.

Ao ler o texto percebe-se que a História Universal é a história da conquista europeia sobre o resto do mundo, levando os princípios da “civilidade”, segundo o autor, do avanço social para a “infância”, ou seja, para os povos “selvagens” que estão atrasados no processo civilizatório. Trata os outros povos, tanto da América como os da África como selvagens sem os rudimentos da civilidade como a religião, a família, a propriedade, sendo muitos que os desconhecem até as artes fundamentais como o uso do ferro ou até mesmo o do fogo.

Assim, Schiller contrapõe o resto do mundo com a “civilização européia” para concluir que esta se encontra no estágio mais avançado do pensamento humano desde que as leis “desceram até a fraqueza do homem” e o homem entrou em harmonia com a razão, proporcionando um ambiente propício para grandes descobertas, avanço na indústria e por fim, o estabelecimento da paz entre os povos da Europa.

Que painel tão oposto! Quem presumiria que os refinados Europeus de agora são apenas irmãos mais adiantados dos novos Canadenses ou dos antigos Celtas! Todas essas habilidades, impulso para as artes; e experiências, todas essas produções da razão germinaram, e desenvolveram-se no espaço de poucos mil anos, todos esses prodígios das artes, todas essas obras gigantescas do trabalho foram de eles arrancado. O que foi, que tais prodígio despertou à vida, e estes evocou? Por que estados atravessou o homem, quando se remontava daquele extremo a este extremo, de insocial troglodita à genial pensador, e político cosmopolita? Estas questões resolve a História Universal (SCHILLER, 1839, p.XVII).

Assim, estudar a História Universal é estudar o avanço da civilização do “barbarismo às luzes”. Vários acontecimentos ocorreram para o homem chegar ao atual estágio, cabe a História Universal estudá-los.

Julio Frank não se desvia das instruções do seu mestre ao definir a História Universal como “a exposição e o desenvolvimento científico dos fatos importantes e verificados, que tem formado e mudado o estado externo social do gênero humano” (FRANK, 1939 p.3).

A História Universal proposta por Frank não foi a História ou a Geografia Pátria, cuja finalidade era o nacionalismo, mas a História do progresso do pensamento científico de cunho liberal que acreditava no progresso e evolução das civilizações. Tudo leva a crer que o autor

entendia que o estudo da História nesses moldes poderia levar seus alunos a um pensamento racional e evolucionista, em marcha ao progresso.

É interessante notar que a História e Geografia ensinada pelo autor fora muito diferente daquela ensinada em outros estabelecimentos, como o próprio colégio modelo, o Colégio Pedro II criado em 1837 com funcionamento em 1838, quatro anos após o início das aulas de História e Geografia do Curso Anexo. Essa concepção de História e Geografia, que ignorava a História e Geografia do Brasil incomodava o diretor interino da Faculdade, José Maria de Avelar Brotero. Em sua carta de 18 de março de 1839 ao Governo Imperial, o diretor interino demonstrava sua preocupação com o professor de História e Geografia que adotara livros em alemão e que em suas aulas não havia História Pátria. Em outra correspondência datada de 11 de julho de 1840 o mesmo diretor diz que as aulas dessas matérias no Curso Anexo se afastam de todas as demais instituições de ensino por que não ensinam a História Nacional.

O livro escrito por Julio Frank de 1839, publicado em dois volumes, o primeiro em janeiro e o segundo em agosto do mesmo ano, sob ordem do governo da Província de São Paulo para a composição de material didático para os alunos do Curso Anexo à Faculdade de Direito de São Paulo, impresso pela Tipografia de M. S. Costa Silveira, é o primeiro livro didático de História e Geografia produzido na província paulista. No primeiro volume da obra, o autor acrescenta ao título: “Para o uso da aula de História e Geografia, da Academia de Ciências Jurídicas e Sociais d’esta cidade de São Paulo”.

O autor do *Resumo de História Universal* já lecionava no curso preparatório desde 1834, mas a publicação da obra ocorre somente em 1839. Frank comenta que a ideia de compor a obra ocorre pela falta de um compêndio adequado para as aulas que o professor ensinava no curso anexo. Isso pode significar, além das acusações feitas por Brotero, a real necessidade de elaborar um livro para as aulas de História e Geografia. Poderia até chegar à província livros de História e Geografia, mas, segundo o autor e professor, não eram adequados ao tipo de curso que ele lecionava.

Pelo ofício de 21 de Abril de 1837 foi remetido à Academia de Ciências Jurídicas de São Paulo o exemplar do compêndio de José Saturnino Costa Pereira, o *Compêndio de Geographia Elementar* para ser avaliado pela congregação e, caso aprovado, ser usado na aula de Geografia. Diante das fontes consultadas até o momento não há referências de aprovação ou de utilização do livro de Costa Pereira. No período de 1834 a 1839, não há referências à utilização de um livro didático escrito em língua portuguesa para a aula de Geografia, mas sabe-se que no mesmo ano em que o compêndio foi enviado à academia Julio Frank já estava confeccionando o seu *Resumo de História Universal* como nos mostra a correspondência de 18 de fevereiro de 1837.

Os conteúdos do livro didático de Frank estão divididos em oito capítulos além do prefácio e da introdução. O autor divide a história em três momentos: Antiguidade, Idade Média, História Moderna e cada momento é subdividido em períodos históricos totalizando sete períodos, a saber: Primeiro Período: da fundação dos Estados mais antigos até Ciro e Pérsia; Segundo Período: de Ciro e da Pérsia até Alexandre, o Macedônio; Terceiro Período: de Alexandre, o Macedônio até a monarquia de Octaviano (Augusto) em Roma; Quarto Período: da monarquia de Augusto até a queda do Império Romano Ocidental; Quinto Período: da queda de Roma a Carlos Magno (o Franco); Sexto Período: de Carlos Magno até o descobrimento da América; e do descobrimento da América até a Revolução Francesa.

O autor dedica as primeiras trinta páginas para mais uma introdução, desta vez regida pelo próprio autor, apresentando o método da ciência histórica. Para Frank a História é composta de quatro categorias de ciências: ciências fundamentais, propedêuticas, deduzidas e auxiliares.

O autor apresenta a ciência geográfica da seguinte forma:

Geografia:

- a) A pura ou geral, que partindo da qualidade física da superfície da esfera terrestre pouco desenvolve a sua divisão política, como sujeita a continuas alterações, e se funda na geografia matemática (parte das matemáticas práticas) e física (tirada da descrição e história da natureza)
- b) A antiga, média e moderna, segundo as alterações mais notáveis que nos diversos períodos tem sofrido a divisão política da superfície. (FRANK, 1839, p. 10).

Assim como a Crítica das Fontes e a Cronologia, a Geografia é enquadrada na categoria de ciências propedêuticas, essenciais e preparatórias para o estudo da História Universal. Por ciências propedêuticas entende-se: “O círculo dos conhecimentos preparatórios ou propedêuticos formam aquelas ciências históricas, sem as quais as fundamentais não podem ser elevadas a uma forma sistemática, nem desenvolvidas no seu nexos necessário”. (p. 10). Desse modo, o ensino de Geografia torna-se conhecimento inicial e obrigatório para o entendimento da História. O autor cita a obra de Malte-Brum denominada *Histoire de la géographie* e ainda cita os autores Büsching, Hussel e Stein. (p. 10).

Frank dedica um tópico para expor o método de estudo da História Universal. O método histórico divide-se em seis: Geográfico, Cronológico ou analítico etnográfico, sincronístico, pragmático, político. Para o autor o método geográfico consiste em:

O geográfico, o qual começando pela divisão antiga ou atual da terra em reinos e Estado, a ela acomoda a narração dos fatos que influíram na sua formação. Este método convém principalmente ao ensino elementar, por que em geral o conhecimento da geografia deve preceder ao estudo da história. Necessário é para este método o uso de bons mapas antigos e modernos (FRANK, 1839, p.18).

O autor elenca um conjunto de obras que podem ser utilizados para o ensino da Geografia:

Cellaruis: *Notitia orbis antiqui cum observ. Scliarzii* Lips, 1770,
 Dav. Koechler: *Descriptio orbis antiqui in XLIV tabulis exhibita*. Norimb. 1778,
 J. Mathias Hase: *Atlas historicus comprehendens imperia maxima orbis antiqui*,
 D’anville, Heeren, Bruns, e Paulus: *Geographia Antiga com Atlas*. 1800 (continua)
 Norimb,
 P. F. J. Gosscli: *recherches sur la geographie systematique et positive des anciens*. 4 t. Paris 1814,
 Os Atlas de Stickler e Weiland (Saxe-Wemar) são exatos e bem desenhados (FRANK, 1839, p.19).

Frank salienta que utilizou o do método etnográfico para a composição dos períodos estudados no compêndio. Mesmo assim o caráter geográfico da obra é chamativo, a começar

pela maneira em que a obra foi organizada. Dividida em períodos e por países como nos mostra o índice do livro.

PRIMEIRO PERÍODO:

1. Ideias preliminares; 2. Continuação; 3. (Continuação); 4. Ásia em Geral; 5. (Continuação); 6. (Continuação); 7. Índia; 8. China; 9. Média, Bactria, Maracanda; 10. Assíria e Babilônia; 11. Armênia; 12. Síria; 13. Fenícia; 14. Arábia; 15. Ásia Menor; 16. Seythia; 17. África em Geral; 18. Povos Egípcios; 19. Egito; 20. Cartago; 21. Grécia; 22. Itália (FRANK, 1839, índice).

O primeiro capítulo que aborda o primeiro período histórico é o mais representativo. Antes de anunciar os eventos de cada país, região, território ou continente há uma descrição geográfica do espaço a ser estudado.

Ásia em geral. As mais antigas tradições da história, os primeiros desenvolvimentos do gênero humano conduz-nos para a Ásia. [...] Um continente enorme em si, unido não interrompido por mares, mas regado por grandes rios que abrange 700.000 milhas quadradas (África 530.000, Europa somente 160.000, e o continente da América 650.000 mais ou menos) forma aquela parte do globo, que segundo a sua posição geográfica contém em si imensos campos para nômades, serras e matas para hordas caçadoras, e planícies férteis e risonhas para povos agricultores; inumeráveis rios pequenos, e vários grandes para o comércio, produtos para as mais variadas necessidades da vida, e um riquíssimo mundo animal (FRANK, 1839, p. 34-35).

E ainda:

Por grandes serras dividiu a natureza esse continente em três partes. A Ásia setentrional compreende as terras do norte do Altas até ao mar glacial; a Ásia média as terras entre o Altas e Tanro; a Ásia meridional as terras no sul do Tauro até o Oceano Índico. A primeira estendendo-se de 70° e 50° latitude norte; a segunda, a grande Tartaria e Mongólia (Sethya e Sarmatia Asiática dos antigos) de 50° a 40°; a terceira, o teatro da atividade dos povos antigüísimos, e o centro do comércio do antigo mundo, de 40° até a vizinhança do equador (FRANK, 1839, p. 35).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se desse artigo que a Província de São Paulo teve uma entrada muito particular no que tange ao ensino de História e Geografia no ensino secundário. Além de ser anterior ao ensino ditado pelo Imperial Colégio de Pedro II o Curso anexo, em seus primórdios, teve pouca influência de uma literatura nacional de História e Geografia, como, por exemplo, a *Corographia Brazilica* do Padre Manuel Aires de Casal. Destaca-se aqui também, pelos ofícios enviados pelo então diretor interino, José Maria Avelar Brotero, que os conteúdos das matérias lecionadas por Frank pouco versaram sobre uma Geografia Pátria ou voltadas para o nacionalismo pátrio.

Outra característica das aulas de Geografia era a utilização de mapas e globos. Esses materiais, mesmo que precários, foram utilizados nas aulas para conhecimento da esfera terrestre, localização dos países, dos continentes e um pouco sobre o Brasil. Nota-se que entre

os pedidos de material para a aula de Geografia a ênfase era para os “mapas de diversas partes do mundo, mapas do mundo e alguns do Brasil”.

Cabe ainda ressaltar que há pouca produção científica sobre a história do Curso Anexo à Faculdade de Direito tanto em São Paulo quanto em Pernambuco. Sendo assim, entender o Curso Anexo como mais uma forma de organização escolar é fundamental para o avanço dos estudos tanto do conhecimento histórico/geográfico na escola como para a historiografia da educação brasileira.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. *Um debate acerca da origem da geografia escolar no Brasil*. III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. UFRJ: Rio de Janeiro, 2012.

BANDECCHI, Pedro Brasil. *A bucha, a maçonaria e o espírito liberal*. São Paulo: Editora Parma, 1982.

MAGALHÃES, Cláudio Márcio Ribeiro. *A contribuição de José Saturnino Pereira para o Cálculo das Variações*. Mestrado em História da Ciência. São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo, 2006.

SCHILLER, Johann Christoph Friedrich von. Discurso recitado por F. Schiller na abertura da aula de História na Universidade de Iena. In: FRANK, J. *Resumo de História Universal: para o uso da aula d' História e Geografia da Academia de Ciências Jurídicas e Sociais d' esta Cidade de São Paulo*. São Paulo: Typografia de M. F. Costa Silveira, 1839.

SANTOS, Sulenilde da Costa. *Academia de Direito de São Paulo (1827 – 1854) e constituição de uma elite nacional: o lugar da língua portuguesa*. Dissertação de mestrado. PUC-SP: São Paulo, 2005.

Fontes de Pesquisa

MAFD - Museu do Arquivo da Faculdade de Direito de São Paulo.

Livro 01 - Correspondência do diretor com o Governo Imperial, 1828.

Livro 03 - Correspondência do Governo Imperial, 1828/1829.

Compêndio:

FRANK, Julio. *Resumo de História Universal: Para o uso da aula d' História e Geografia da Academia de Ciências Jurídicas e Sociais d' esta Cidade de São Paulo*. São Paulo: Typografia de M. F. Costa Silveira, 1839.

Recebido: 20/03/2017

Aprovado: 28/04/2107